

	<p align="center">PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO (SGADM) DEPARTAMENTO DE APOIO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS ADMINISTRATIVOS (DEACO) DIVISÃO DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO (DICOL) SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS COM ATRIBUIÇÃO AFETA À PROMOÇÃO DE GÊNERO, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (SEGEM)</p>	
Data: 03.05.2024	Horário: 11:00h	Local: Aplicativo Teams
PAUTA: Convênios NIAMs		ATA DE REUNIÃO Nº 21/2024

Estiveram presentes na reunião, por meio virtual:

1. Juíza Katerine Jatahy Kitsos Nygaard **(Membra da COEM)**;
2. Juíza Elen de Freitas Barbosa **(Membra da COEM)**;
3. Dra. Tatiana Queiroz **(Delegada - Diretora DGPAM)**;
4. Dra. Viviane Batista de Carvalho **(Delegada de Polícia - DGPAM)**;
5. Sra. Thania Rodrigues Serra **(SGADM-DEACO-DIACI)**.

A **Exma. Juíza Katerine Jatahy**, Membra da COEM, abre os trabalhos às 11h e agradece a participação de todos(as) na presente reunião, que tem como propósito discutir o funcionamento e a eficácia dos NIAMs, relacionados às comarcas do interior, para garantir a adequada assistência às mulheres vítimas de violência.

Inicialmente a **Juíza Katerine Jatahy** indaga acerca da quantidade de NIAMs já formalizados e em funcionamento efetivo. A **Delegada Viviane de Carvalho** (DGPAM) aponta quais estão nesta situação: Miguel Pereira, Barra do Piraí, Bom Jesus de Itabapoana, Itaboraí, Vassouras e Rio das Flores, este último a ser inaugurado dia 8 de maio próximo.

A **Juíza Katerine Jatahy** explica que em todos os convênios consta como órgão gestor e/ou fiscal a COEM. Destaca a importância da participação e integração ativa dos(as) juízes(as) locais na gestão desses convênios. Ressalta que essa integração tem como escopo aprimorar o sistema judicial como um todo, criando uma rede mais coesa.

Em seguida, a **Delegada Tatiana Queiroz** (DGPAM) relata sobre a falta de interesse de alguns/alguma juízes/as locais em participar dos projetos dos NIAMs, contrastando com o interesse das prefeituras em apoiar tais iniciativas. Relata que estão buscando mecanismos alternativos para implementar salas de acolhimento, financiadas pelas prefeituras. Traz à baila a situação em que acontece em Itaguaí, onde, apesar da falta de interesse do juiz local, a prefeitura criou uma "Sala Lilás" e assumiu os custos da reforma, além de financiar diárias para os policiais locais.

A **Juíza Elen Barbosa** sugere que seja elaborada lista completa e atualizada dos municípios envolvidos, para organizar reuniões com os(as) juízes(as) locais e despertar o interesse deles nos projetos. Menciona que há um mal-entendido entre os(as) magistrados(as) sobre o papel de “gestor e fiscal” dos convênios. Segundo a Magistrada, alguns juízes pensam que é preciso estar presente diariamente para efetuar a fiscalização, o que é impraticável. Enfatiza a importância de haver mais diálogo para melhor integrar os juízes e as prefeituras, o que pode levar ao desenvolvimento de novas políticas públicas e ainda fortalecer o "Projeto Violeta", que envolve assistentes sociais e psicólogos financiados pelo município.

A **Dra. Viviane de Carvalho** questiona acerca do procedimento em relação à retomada de processos que foram suspensos anteriormente. Questiona se ela mesma pode iniciar o processo de retomada e sugere a possibilidade de solicitar ao delegado local para facilitar a comunicação entre os diferentes agentes envolvidos, incluindo juízes(as) que já mostraram interesse em avançar com as iniciativas propostas.

A **Juíza Katerine Jatohy** sugere tratar os assuntos em conjunto. Destaca o papel essencial da Secretaria de Segurança e a necessidade de esclarecer dúvidas, não apenas da Polícia Civil, mas também dos juízes, especialmente aqueles que estão no interior.

Em continuidade, a **Chefe de Serviço do SEGEM – Sra. Ionara Carvalho** faz uma breve apresentação compartilhando em tela o **relatório dos NIAMs** elaborado pelo SEGEM, **anexo à presente ata**, contendo informações prestadas recentemente pela própria DGPAM e alguns dados validados com a Divisão de Convênios (DIACI), do TJRJ. Reforça que algumas unidades já foram visitadas pela Equipe da SGADM, com relatório produzido pela Assis. Social do SEGEM, e aborda a questão dos Municípios de Japeri e Tanguá, cujas obras ainda não foram concretizadas, apesar de os convênios já estarem formalizados desde 2022. Por fim, relembra dos processos SEI arquivados, de ordem da Desa. Adriana Mello, Coordenadora da COEM, que determinou o desarquivamento somente mediante manifestação de interesse do(a) magistrado(as) da Comarca e consequentes alinhamentos necessários quanto à gestão dos convênios.

A **Dra. Viviane de Carvalho** menciona que solicitou a todos os(as) delegados(as) a realização de levantamento para identificar se existem salas de acolhimento, incluindo aquelas que não são especificamente NIAM ou salas lilases, em todas as delegacias. O objetivo é obter informações completas sobre as instalações existentes para planejamento e coordenação adequados. Expressa a importância do levantamento que está sendo feito nas delegacias como um passo inicial para implementar e padronizar novos formatos de atendimento na Polícia Civil. Menciona o caso da delegacia em Rio Bonito, onde a

infraestrutura está pronta, mas falta equipamento tecnológico, como computadores, impressoras e sistemas de assinatura digital. Destaca a necessidade de interlocução com outros órgãos para obter doações desses equipamentos essenciais, enfatizando que isso também é um passo importante para avançar no projeto.

Em seguida, a **Juíza Katerine Jatahy** propõe dois critérios para avançar com os NIAMs. Primeiro, sugere marcar uma reunião com todos os juízes dos NIAMs que já estão funcionando para que possam se tornar gestores e discutir mudanças nos contratos. Segundo, quer identificar quais NIAMs têm as obras prontas, já que esses locais precisarão de capacitação.

A **Juíza Elen Barbosa** concorda com a necessidade de revisar e entender a situação atual dos NIAMs, mencionando a importância de relatório mais atualizado possível, para obter mais detalhes.

Após, a **Juíza Katerine Jatahy** enfatiza a necessidade de regularizar e assegurar o funcionamento adequado dos NIAMs, propondo critérios para uma análise conjunta. Sugere que, para os municípios onde os convênios já estão assinados, basta que os(as) juízes(as) manifestem interesse para avançar e assumir a gestão do convênio. Propõe conversar com os(as) juízes(as), individualmente, antes de formalizar qualquer processo, a fim de garantir que todos entendam completamente o que está envolvido.

Ato contínuo, a **Dra. Viviane de Carvalho** propõe atualizar a listagem existente com informações mais detalhadas, mencionando que precisará entrar em contato diretamente com cada delegado para obter nuances e detalhes específicos. Planeja enviar para a COEM um relatório mais atualizado para esclarecer e complementar os dados já coletados. Complementa citando o caso de Rio Bonito, onde a construção está completa, mas ainda falta mobiliário e equipamento de computação, destacando também que algumas prefeituras desistiram de continuar com os projetos nos últimos meses.

Ao ensejo, a **Juíza Katerine Jatahy** discorre sobre a iniciativa de capacitação que implementara em Rio das Flores, consistindo em quatro encontros o dia inteiro, com a participação de toda a rede local, não apenas a polícia, mas também outros profissionais da delegacia e outras instituições. O objetivo era melhorar a comunicação e o entendimento entre todos(as) os(as) participantes. Sugere desenvolver um conteúdo programático mínimo para futuras capacitações, baseado no que é estipulado nos convênios, para garantir que todos(as) tenham o treinamento necessário. Além disso, menciona a ideia de incluir uma certificação da COEM nas capacitações previstas no convênio, acreditando que isso agregaria valor e funcionaria bem para o projeto.

A Juíza também menciona que, independentemente das decisões formais já tomadas sobre o processo, seria útil conversar diretamente com o(a) juiz/juíza local para entender melhor a situação e ajustar a abordagem conforme necessário. Relata a importância de realizar as visitas nos locais que ainda não foram visitados.

A **Chefe de Serviço do SEGEM** esclarece que todos(as) os(as) Juízes(as) das Comarcas envolvidas, sinalizados no relatório anexo à ata, foram convidados para a presente reunião. Apenas a Juíza de Itaboraí, Dra. Juliana Cardoso, justificou ausência e enviou informações atuais sobre as obras do NIAM de Tanguá. Em razão das ausências dos(as) Juízes(as), as **Dras. Katerine Jatahy e Elen Barbosa** sinalizam que realizarão contato telefônico, individualizado, para reforçar e sensibilizá-los da importância de participação dos(as) mesmos(as) no projeto.

A **Dra. Viviane de Carvalho** informa que as obras em Japeri estão bem adiantadas, mas que as obras em Tanguá não foram iniciadas.

A **Dra. Tatiana Queiroz** reforça a necessidade de padronização nas delegacias, discutindo como diferentes nomenclaturas e formatos são utilizados, o que dificulta a uniformidade e eficiência, e menciona que discutiu isso recentemente com Dra. Viviane para melhorar a organização na SEPOL.

Após debates, restam alinhadas as principais ações a serem tomadas, de forma faseada, visando facilitar as articulações necessárias:

- **Reuniões periódicas:** realização de reuniões entre a COEM, PCERJ (DGPAM) e Magistrados(as) das Comarcas a serem realizadas, preferencialmente, todas as sextas-feiras, às 11h, *online*, a fim de tratar as demandas pendentes, conforme cronograma estabelecido por ordem de prioridade:
 - **NIAMs formalizados e instalados (Miguel Pereira, Bom Jesus de Itabapoana, Barra do Piraí e Vassouras):** realizar reunião específica apenas com os(as) juízes(as) dessas Comarcas para alinhar possível alteração na gestão do convênio, bem como as articulações necessárias para o bom funcionamento das unidades.
 - **NIAMs formalizados e ainda não instalados (Japeri e Tanguá):** realizar reunião com os(as) juízes(as) dessas Comarcas, a fim de realizar as articulações necessárias, diante da situação atual, bem como a capacitação das equipes.
 - **NIAMs com obras prontas:** realizar reunião com os(as) juízes(as) das Comarcas, a fim de realizar as articulações necessárias, bem como a

capacitação das equipes. A DGPAM fará o levantamento com a relação desses NIAMs.

- **NIAMs instalados sem formalização de convênio:** reunião com os(as) juízes(as) e delegados(as) das Comarcas para articulações necessárias em termos de regularização do convênio e integração da rede local. A DGPAM fará o levantamento com a relação desses NIAMs.
 - **NIAMs com manifestação de interesse dos(as) magistrados(as) das Comarcas (Magé, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e São Francisco de Itabapoana):** reunião com os(as) juízes(as) dessas Comarcas para alinhar a formalização do convênio e articulações necessárias para a implantação das unidades.
- **Visitas técnicas:** encaminhar os processos SEI de Barra do Piraí e Bom Jesus de Itabapoana para a DIATI, a fim de solicitar auxílio das equipes técnicas locais para realização das visitas nas unidades, elaborando relatório com auxílio da Assist. Social do SEGEM. (Deliberação 01)

A Juíza **Elen Barbosa** sugere para que a Assist. Social do SEGEM dê o devido suporte às equipes técnicas locais para esclarecer os requisitos de implementação dos NIAMs, além de auxiliar na elaboração dos relatórios.

- **Relatório NIAMs atualizado:** as representantes da DGPAM, Dra. Tatiana Queiroz e Dra. Viviane Carvalho se comprometem a enviar documento atualizado, referente à situação atual dos NIAMs, bem como convidar os(as) Delegados(as) da Comarca para participarem das reuniões eventualmente agendadas.

Nada mais a tratar, a reunião é finalizada às 12h02, estabelecendo a próxima para o dia 10 de maio, às 11h, online, a fim de tratar a pauta dos NIAMs formalizados e instalados, seguindo a programação estabelecida. **(Deliberação 02)**

Juíza Katerine Jatahy Kitsos Nygaard
Membra da COEM

Deliberações		Responsável	Prazo
01	Encaminhar os processos SEI de Barra do Piraí e Bom Jesus de Itabapoana para a DIATI, a fim de solicitar auxílio das equipes técnicas locais para realização das visitas nas unidades e elaboração de relatório com auxílio da Assist. Social do SEGEM.	Equipe SEGEM	Imediato

02	Enviar o convite da próxima reunião, estabelecida para o dia 10 de maio, às 11h, online.	Equipe SEGEM	Imediato
----	--	-----------------	----------